

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Antonio Siufi Neto**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Adhemar Mombrum de Carvalho Neto**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais  
(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão  
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência  
(67) 3318-2160 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 3378/2019-PGJ, DE 12.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o contido no artigo 4º da Resolução nº 15/2009-PGJ, de 16 de julho de 2009, alterada pela Resolução nº 16/2015-PGJ, de 12 de junho de 2015,

**R E S O L V E :**

Nomear o Procurador de Justiça Olavo Monteiro Mascarenhas para exercer a função de Ouvidor do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, para o biênio 2019/2021 (Processo PGJ/10/3185/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3336/2019-PGJ, DE 10.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Procurador de Justiça Luis Alberto Safraidier 3 (três) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 3 a 10.12.2018, a serem usufruídos no período 2 a 4.10.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3337/2019-PGJ, DE 10.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Procurador de Justiça Luis Alberto Safraidier 2 (dois) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2010 a 6 de janeiro de 2011, a serem usufruídos nos dias 7 e 8.10.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3360/2019-PGJ, DE 11.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 11.9.2019, as férias do Procurador de Justiça Olavo Monteiro Mascarenhas, concedidas por meio da Portaria nº 1918/2019-PGJ, de 3.6.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3390/2019-PGJ, DE 12.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Convocar os Promotores de Justiça das comarcas de Anastácio, Aquidauana, Bela Vista, Bonito, Corumbá, Jardim, Maracaju, Miranda, Nioaque, Porto Murtinho, Sidrolândia e Terenos, e autorizar os demais membros a se ausentarem de suas comarcas para participarem do Encontro Regional do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul que será realizado nos dias 19 e 20 de setembro de 2019, na comarca de Bonito, desde que não haja qualquer prejuízo à continuidade dos trabalhos afetos às respectivas unidades de serviço.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3334/2019-PGJ, DE 10.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 2055/2019-PGJ, de 11.6.2019, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça de Campo Grande, referente ao segundo semestre de 2019, de forma que:

- onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORES DE JUSTIÇA
	PLANTÃO CÍVEL (Telefone: 98478-2431)
16 (18h01min) a 23.9.2019 (7h59min)	Rogério Augusto Calabria de Araujo

- passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORES DE JUSTIÇA
	PLANTÃO CÍVEL (Telefone: 98478-2431)
16 (18h01min) a 23.9.2019 (7h59min)	Tathiana Correa Pereira da Silva

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3335/2019-PGJ, DE 10.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça de Eldorado, Gustavo Henrique Bertocco de Souza, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Sessão Plenária do Tribunal do Júri na comarca de Naviraí, no julgamento da Ação Penal nº 0001599-18.2016.8.12.0029, no dia 24.9.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3338/2019-PGJ, DE 10.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 57ª Promotora de Justiça da comarca de Campo Grande, Daniela Cristina Guiotti, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 44ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, nos dias 11 e 12.9.2019, em razão de férias da titular, Promotora de Justiça Cristiane Barreto Nogueira Rizkallah.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3342/2019-PGJ, DE 10.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 3176/2019-PGJ, de 30.8.2019, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de setembro de 2019, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
<b>REGIÃO 10 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE COSTA RICA, CHAPADÃO DO SUL E CASSILÂNDIA</b>			
14 e 15.9.2019	1ª PJ de Chapadão do Sul	Matheus Macedo Cartapatti	99677-3534
21 e 22.9.2019	1ª PJ de Costa Rica	George Cassio Tiosso Abbud	98478-2032

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
<b>REGIÃO 10 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE COSTA RICA, CHAPADÃO DO SUL E CASSILÂNDIA</b>			
14 e 15.9.2019	1ª PJ de Costa Rica	George Cassio Tiosso Abbud	98478-2032
21 e 22.9.2019	1ª PJ de Chapadão do Sul	Matheus Macedo Cartapatti	99677-3534

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3343/2019-PGJ, DE 10.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 58ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Paula da Silva Volpe, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 10ª Vara do Juizado Especial Central da referida Comarca, no dia 12.9.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3344/2019-PGJ, DE 10.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Autorizar o 39º Promotor de Justiça de Campo Grande, Fernando Martins Zaupa, a se ausentar da referida Comarca, no período de 31.10 a 2.11.2019, para participar e ministrar palestra no “2º Congresso Nacional do MP Pró-Sociedade”, que ocorrerá na cidade de Florianópolis/SC.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3345/2019-PGJ, DE 10.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 6º Promotor de Justiça de Dourados, Fernando Jamusse, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 16ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no dia 13.9.2019, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça Ricardo Rotunno.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3375/2019-PGJ, DE 12.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 2º Promotor de Justiça de Dourados, Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa, atualmente agregado ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, para participar da audiência de instrução do Processo Administrativo Disciplinar nº 066.158.0003/2019, no dia 12.9.2019, às 13h.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3350/2019-PGJ, DE 10.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os Procuradores de Justiça Edgar Roberto Lemos de Miranda e Nilza Gomes da Silva, na qualidade de presidente e vice-presidente, e os servidores Daniela Cristina Junqueira Nelli, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Procurador, Bruna Camargo da Silva, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, Rubia Mara Mayume Suetake, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, e Leonardo Bertaglia Agostinho, ocupante de cargo efetivo de Analista/Direito, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, comporem a Comissão de Abertura do Processo Seletivo de Estagiário na área de Direito e da área Administrativa, no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3316/2019-PGJ, DE 10.9.2019**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 54/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato - Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 1.1) Suplente - Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Técnico - Megaron Molossi, Analista/Arquiteto; 2.1) Suplente - Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte (Processo PGJ/10/2361/2019).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3351/2019-PGJ, DE 10.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais da Ata de Registro de Preço nº 13/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora - Laura Regina Barbosa Victor Chaparim, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente - Elvys Tomas Bernal, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2) Fiscal Técnico - Megaron Molossi, Analista/Arquiteto; 2.1) Suplente - Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte (Processo PGJ/10/1672/2019).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3352/2019-PGJ, DE 10.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais da Ata de Registro de Preço nº 14/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora - Laura Regina Barbosa Victor Chaparim, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente - Elvys Tomas Bernal, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2) Fiscal Técnico - Megaron Molossi, Analista/Arquiteto; 2.1) Suplente - Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte (Processo PGJ/10/1672/2019).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3353/2019-PGJ, DE 10.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais da Ata de Registro de Preço nº 15/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora - Laura Regina Barbosa Victor Chaparim, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente - Elvys Tomas Bernal, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2) Fiscal Técnico - Megaron Molossi, Analista/Arquiteto; 2.1) Suplente - Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte (Processo PGJ/10/1672/2019).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3356/2019-PGJ, DE 10.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 55/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora - Laura Regina Barbosa Victor Chaparim, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente - Elvys Tomas Bernal, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2) Fiscal - Angelo Maia Marcelo Pirani, Chefe do Departamento de Infraestrutura e Tecnologia da Secretaria de Tecnologia da Informação; 3.1) Suplente - Luiz Fernando Barros de Oliveira dos Anjos, Chefe da Divisão de Suporte de Redes (Processo PGJ/10/3377/2019).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3357/2019-PGJ, DE 10.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do convênio decorrente do Processo PGJ/10/3247/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Fabiano Alves Davy, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 1.1) Suplente – Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas; 2) Fiscal Técnico – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnico II; 2.1) Suplente – Cristiane da Silva Sena, Técnico I.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA JURÍDICA****PORTARIA Nº 3389/2019-PGJ, DE 12.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA JURÍDICO, no uso de suas atribuições legais, *ad referendum* do Colégio de Procuradores de Justiça,

**R E S O L V E :**

Suspender, *ex officio*, por necessidade de serviço, a partir de 12.9.2019, as férias do Procurador de Justiça Paulo Cezar dos Passos, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral de Justiça, concedidas por meio da Portaria nº 2999/2019-PGJ, de 19.8.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 3368/2019-PGJ, DE 12.9.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 3019/2017-PGJ, de 11.9.2017, com a redação dada pela Portaria nº 3652/2018-PGJ, de 30.10.2018, na parte que concedeu férias remanescentes à servidora Driele Evelin Santos Vargas Araujo, de forma que, onde consta: “de 1º a 10.10.2019”, passe a constar: “de 30.9 a 9.10.2019”.

**NILZA GOMES DA SILVA**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 3369/2019-PGJ, DE 12.9.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 1615/2019-PGJ, de 10.5.2019, com a redação dada pela Portaria nº 2547/2019-PGJ, de 15.7.2019, na parte que concedeu férias à servidora Millena Alves Ferreira Gonçalves de Oliveira, de forma que, onde consta: “de 14 a 23.10.2019”, passe a constar: “de 18 a 27.11.2019”.

**NILZA GOMES DA SILVA**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 3370/2019-PGJ, DE 12.9.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 4142/2018-PGJ, de 6.12.2018, e suas modificações, na parte que concedeu férias à servidora Priscila Silva Zandoná, de forma que, onde consta: “de 5 a 14.11.2019”, passe a constar: “de 28.10 a 6.11.2019”.

**NILZA GOMES DA SILVA**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 3315/2019-PGJ, DE 10.9.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso XI, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Flávia Areias de Andrade Coelho, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o apostilamento de seu nome junto aos cadastros deste Órgão, em virtude de casamento em 23.8.2019, de modo que passe a constar Flávia Areias de Andrade Coelho Sena.

**NILZA GOMES DA SILVA**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 3317/2019-PGJ, DE 10.9.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Leonardo de Almeida Campos, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no dia 28.6.2019, inicial; e 4 (quatro) dias, no período de 1º a 4.7.2019, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009; e tornar sem efeito a Portaria nº 2774/2019-PGJ, de 2.8.2019.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 3318/2019-PGJ, DE 10.9.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Sandra Maria Albino de Souza Garcia, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no dia 2.9.2019, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 3319/2019-PGJ, DE 10.9.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Priscilla Espindola Cardoso, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 21.8 a 4.9.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 3320/2019-PGJ, DE 10.9.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Luiz Leonardo Villalba, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Atendimento e Suporte, no período de 9 a 13.9.2019, em razão de viagem a trabalho do titular, Heron Jorge Gomes da Silva.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 3321/2019-PGJ, DE 10.9.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Diego Servullo da Silva Maluf Ferreira, ocupante do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Projetos e Serviços de Tecnologia da Informação, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Governança de TI, no período de 7 a 16.1.2020, em razão de férias; no dia 17.1.2020, em razão de licença compensatória referente a serviços prestados à Justiça Eleitoral; e no período de 20.1 a 7.2.2020, em razão de férias da titular, Sabrina Lopes Baes.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 3322/2019-PGJ, DE 10.9.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Daniel Rodrigues Duarte, ocupante do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Desenvolvimento, símbolo MPDS-105, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Sistemas de Informação no período de 14.10 a 2.11.2019, em razão de férias do titular, Frederick Werner Castellani Viacek.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 3323/2019-PGJ, DE 10.9.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Paulo Augusto Arantes Vilela, ocupante do cargo em comissão de Assessor Técnico em Desenvolvimento, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Setor de Administração de Banco de Dados, no período de 9 a 28.10.2019, em razão de férias do titular, Lucas Moraes Coelho.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 3324/2019-PGJ, DE 10.9.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Joel Gonçalves Coelho, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o pagamento de 5% (cinco por cento) do adicional de qualificação, a contar de 12.7.2019, nos termos dos artigos 35 e 36, inciso IV e § 4º, ambos da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como dos artigos 4º, 5º, inciso IV, e 7º da Resolução nº 008/2012-PGJ, de 4.4.2012, e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 379/2013-PGJ, de 18.3.2013, que concedeu ao referido servidor o pagamento de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do adicional de qualificação.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 3346/2019-PGJ, DE 10.9.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Dayenne Gargantini Martins Diniz Paduan, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 12 a 16.8.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 3347/2019-PGJ, DE 10.9.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Dayenne Gargantini Martins Diniz Paduan, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 16 (dezesesseis) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 22.8 a 6.9.2019, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 3348/2019-PGJ, DE 10.9.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Tânia Batista Rosa Buzzachera, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 2 a 6.9.2019, inicial, nos termos do inciso II do artigo 130, e do artigo 146, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, os artigos 25 e 26 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, que dispõe sobre a perícia médica oficial do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 3349/2019-PGJ, DE 10.9.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Ezequiel Joaquim da Costa, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança – FC5, símbolo MPFC-305, no período de 7 a 9.10.2019 e nos dias 13 e 14.11.2019, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense; nos dias 7, 8, 11 e 12.11.2019, em razão de licença compensatória referente a serviços prestados à Justiça Eleitoral; e nos períodos de 18 a 27.11.2019 e de 9 a 18.12.2019, razão de férias do servidor Paulo Matias Guimarães.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

**DELIBERAÇÃO PROFERIDA PELO COLENDO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, EM REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 12 DE SETEMBRO DE 2019.**

**1. Processo PGJ/10/3185/2019**

Requerente: Ministério Público Estadual

Assunto: Eleição para escolha da lista tríplice para o cargo de Ouvidor do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Inscritos: Procurador de Justiça Olavo Monteiro Mascarenhas, e os Promotores de Justiça Lívia Carla Guadanhim Bariani e Douglas Silva Teixeira.

Comissão Eleitoral: Procuradores de Justiça Sérgio Luiz Morelli, Mauri Valentim Riciotti e Hudson Shiguer Kinashi.

**Deliberação:** O Colégio de Procuradores, sob a Presidência do Procurador de Justiça Sérgio Luiz Morelli, Presidente da Comissão Eleitoral, realizado o escrutínio, na forma regulamentar, apurou o seguinte resultado da votação: Procurador de Justiça Olavo Monteiro Mascarenhas 21 (vinte e um) votos, Promotores de Justiça Lívia Carla Guadanhim Bariani 2 (dois) votos, e Douglas Silva Teixeira 2 (dois) votos, e ainda, 2 (dois) votos nulos. Compareceram e votaram 27 (vinte e sete) Procuradores de Justiça.

Campo Grande, 12 de setembro de 2019.

SILASNEITON GONÇALVES

Procurador de Justiça

Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça

**CONSELHO SUPERIOR****AVISO Nº 35/2019/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência do **recurso** na seguinte Notícia de Fato:

**1 - RELATOR CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**

**Notícia de Fato nº 01.2019.00005848-9** - 49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fundação Olivia Pereira de Souza - Assunto: Analisar expediente formulado por Jânio Pereira e outros, referente à Fundação Olivia Pereira de Souza.

Campo Grande, 12 de setembro de 2019.

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP

**SECRETARIA-GERAL****LEILÃO Nº 2/PGJ/2019****1. PREÂMBULO**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Procuradoria-Geral de Justiça, por intermédio do leiloeiro oficial – Sr. Pierre Adri, matriculado na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul sob o nº 04 (quatro), contratado para preparação, organização e condução de leilão público, nos termos do Pregão Presencial nº 14/PGJ/2018 e Contrato nº 86/PGJ/2018, torna público que realizará Licitação sob a modalidade **Leilão**, tipo maior lance, para a venda de bens patrimoniais móveis inservíveis à Administração (veículos), com as condições previstas neste Edital, bem como o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (e alterações) e no Decreto Federal nº 21.981 de 19.10.1932 (e alterações). A sessão pública de oferecimento dos lances será realizada conforme abaixo indicado na forma presencial e online:

**DIA: 30 de setembro de 2019; HORÁRIO: 09:00 horas (MS);**

**LOCAL: Auditório do Hotel Concord** – Av. Calógeras, nº 1.624, Centro, Campo Grande/MS.

**SITE PARA LANCES ONLINE:** [www.canaldeleiloes.com](http://www.canaldeleiloes.com)

**2. DO OBJETO**

2.1. O objeto desta Licitação consiste na alienação de bens patrimoniais móveis inservíveis à Administração (**veículos**), especificados conforme Memorial Descritivo (Anexo), que integra este edital.

2.2. Cada item contém 1(um) bem, que corresponde a um lote.

2.3. Os bens estarão disponíveis para visitação na sede do Ministério Público de Mato Grosso do Sul / Procuradoria Geral de Justiça na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, nos dias **25, 26 e 27 de setembro de 2019**, no horário compreendido das **08:00 às 10:00 horas e 13:00 às 17:00 horas**.

2.4. Não haverá visitação no dia do leilão.

2.5. É permitida, exclusivamente, a avaliação visual dos lotes, sendo vedados quaisquer outros procedimentos, como manuseio, experimentação e/ou retirada de peças/partes.

2.6. Os veículos serão vendidos sem dívidas de IPVA, multas ou quaisquer outros ônus, até a data do leilão.

2.7. O Ministério Público Estadual e o Leiloeiro Oficial não se responsabilizarão por eventuais erros de descrição, de impressão ou pelos defeitos que os bens colocados em leilão possam conter, não cabendo, pois, a respeito deles, qualquer reclamação posterior quanto às suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas, nem direito à reclamação por vícios redibitórios e tampouco pedir abatimento do preço. Assim, recomenda-se aos interessados a leitura atenta do edital e o exame criterioso dos bens. Não serão admitidas reclamações após o arremate.

**3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

3.1. Poderão participar desta Licitação (Leilão) pessoas físicas ou jurídicas.

3.2. Para convalidação do lance vencedor, os arrematantes deverão apresentar, no ato do leilão, os seguintes documentos:

I - Se pessoa física:

a) Cédula de Identidade;

b) Cadastro de Pessoa Física – CPF;

II - Instrumento de mandato público ou particular (este último com firma reconhecida em Cartório), se procurador;

III - Se pessoa jurídica:

a) Registro Empresarial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis ou de serviços, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

e) Cédula de Identidade, sendo o arrematante sócio ou administrador, ou instrumento de mandato público ou particular (este último com firma reconhecida em Cartório), se procurador;

f) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF).

3.3. Os documentos explicitados no subitem anterior poderão ser exibidos no original ou mediante cópia integral, legível e em boa forma, autenticada em cartório ou, se for o caso, autenticada pelo Leiloeiro Oficial ou por meio da Secretaria de Administração/PGJ, tendo por base o documento original;

3.4. Não será admitida nesta licitação a participação de membros do Ministério Público Estadual ou servidores do Quadro de Servidores do MP/MS, nem de pessoas jurídicas dos quais participem, seja a que título for;

3.5. O edital poderá ser retirado no endereço mencionado no Preâmbulo (item I), no escritório do Leiloeiro Oficial PIERRE ADRI (Rua Antônio Maria Coelho, 1149, Centro, Campo Grande-MS, e-mail [pierreadrileiloes@terra.com.br](mailto:pierreadrileiloes@terra.com.br)), ou por meio dos endereços eletrônicos [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br) ou [www.canaldeleiloes.com](http://www.canaldeleiloes.com).

#### **4. DOS LANCES**

4.1. Os lances estarão disponíveis para serem ofertados no site Canal de Leilões a partir da data de publicação deste edital até o dia do leilão presencial, que por sua vez, ocorrerão concomitantemente com os lances presenciais, até o arremate de cada lote.

4.2. Os lances serão divulgados em tempo real através da opção “Auditório” do site Canal de Leilões. Para que haja o encerramento do lote na data do leilão presencial, este deverá permanecer por 20 (vinte) segundos sem receber outra oferta. Sobrevindo lance durante os 20 (vinte) segundos que antecedem ao tempo final do encerramento do lote, o horário de fechamento do lote será prorrogado em 20 (vinte) segundos contados da última oferta, assim sucessivamente, até a permanência por 20 (vinte) segundos sem receber outra oferta, quando ocorrerá o arremate.

#### **5. DA QUITAÇÃO**

5.1. Imediatamente após a arrematação, o arrematante poderá optar pelo pagamento total ou parcial da importância correspondente ao valor do lance, acrescido da taxa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do lance, correspondente aos serviços do Leiloeiro Oficial.

5.2. Não sendo feito o pagamento do valor integral, o arrematante deverá efetuar o recolhimento de 20% (vinte por cento) do valor do lance, acrescido da taxa de serviços do Leiloeiro Oficial.

5.3. O pagamento remanescente de 80% (oitenta por cento) deverá ser feito no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir do horário da emissão do recibo de pagamento dos 20% (vinte por cento) iniciais.

5.4. Todos os pagamentos mencionados deverão ser realizados perante o Leiloeiro Oficial.

5.5. O pagamento poderá ser efetuado em moeda corrente, em cheque de emissão do arrematante ou cheque administrativo.

5.6. Serão aceitos cheques apenas dos arrematantes, não sendo admitidos cheques de terceiros.

5.7. Sendo o pagamento efetuado em cheque, a quitação somente será considerada efetivada após a sua liquidação.

5.8. O arrematante que deixar de cumprir o que determina o subitem 5.3 deste Edital perderá, em favor do Fundo Especial de Apoio de Desenvolvimento do Ministério Público Estadual/MS, o depósito inicial de 20% (vinte por cento) do valor do lance, e a favor do Leiloeiro Oficial, o valor referente à taxa de serviços.

5.9. Os documentos de venda serão emitidos pelo Leiloeiro Oficial em nome do arrematante, identificado e qualificado no ato do leilão.

#### **6. DA RETIRADA E TRANSFERÊNCIA DOS BENS**

6.1. Quando o arrematante fizer o pagamento total do(s) lote(s) em moeda corrente, o(s) lote(s) arrematado(s) poderá(ao) ser retirado(s) a partir do segundo dia útil após a realização do leilão, em horário estabelecido pelo Leiloeiro Oficial.

6.2. Para os pagamentos efetuados por meio de cheque, o(s) lote(s) somente será(ao) retirado(s) após o cumprimento do disposto no subitem 5.3 deste edital, e em horário estabelecido pelo Leiloeiro Oficial.

6.3. O prazo final para a retirada do(s) lote(s) será no décimo dia útil após a realização do leilão, em horário estabelecido pelo Leiloeiro Oficial.

6.4. Se o arrematante não retirar o(s) bem/bens no prazo estabelecido no subitem 6.3, poderá(ao) ser declarado(s) abandonado(s) o(s) bem/bens arrematado(s), perdendo o arrematante o direito sobre o(s) bem/bens.

6.5. As despesas com a remoção, transferência de propriedade dos veículos e quaisquer outras inerentes ao objeto arrematado serão de inteira responsabilidade dos arrematantes.

6.6. Os arrematantes terão o prazo de 30 (trinta) dias para a transferência de propriedade dos veículos arrematados, junto ao Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN-MS.

#### **7. DOS RECURSOS**

7.1. Dos atos do Leilão caberá recurso no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do encerramento da sessão pública de venda dos bens.

7.2. O recurso deverá observar os seguintes requisitos:

7.2.1. Ser apresentado em 1 (uma) via original, por escrito (preferencialmente digitado), contendo o nome ou a Razão Social, o CPF ou CNPJ, data e endereço, devidamente fundamentado e assinado pelo licitante ou seu representante legal;

7.2.2. Ser endereçado ao Procurador-Geral de Justiça (no endereço constante do subitem 1), por meio da Secretaria de Administração/PGJ, devendo ser entregue e devidamente protocolizado no Protocolo-Geral do MP/MS.

7.2.3. Não será aceito recurso interposto por meio de fac-símile ou correspondência eletrônica.

7.3. Conforme disposto no artigo 110 da Lei nº 8.666/93, na contagem dos prazos recursais excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento, e se este recair em dia sem expediente no Ministério Público Estadual/MS, o término ocorrerá no primeiro dia útil subsequente, sempre às 18 (dezoito) horas.

7.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

## 8. DAS SANÇÕES

8.1. O arrematante que deixar de cumprir os dispositivos contidos neste Edital, será considerado inadimplente, bem como submetido às sanções administrativas previstas nos incisos I e II, do art. 87 da Lei 8.666, de 1993, ficando este obrigado a pagar o valor da comissão devida ao Leiloeiro e ainda sujeito às penalidades indicadas na Lei nº 8.666, de 1993.

8.2. Caso o arrematante não efetue o pagamento, ressalvadas as situações decorrentes de caso fortuito ou força maior, na forma da lei, configurará a desistência do arrematante, relativamente ao lote leiloadado, importando ainda no pagamento de multa estipulada em 20% (vinte por cento) do valor da arrematação e ainda sujeito à penalidade suspensão temporária, conforme disposto no inciso III do artigo 87 da Lei nº 8.666, de 1993, penalidade essa em acordo com o entendimento disposto do TCU.

8.3. As sanções previstas são aplicáveis também às empresas e aos profissionais que tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação ou demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública em virtude de atos ilícitos praticados conforme art. 88, inciso II da Lei 8.666, de 1993.

8.4. Nas hipóteses acima, faculta-se ao leiloeiro oficial designado se valer da prerrogativa legal dos artigos 39 e 40 do decreto 21.981, de 19-10-1932, c/c art. 418 do Código Civil, podendo ele emitir boleto no valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do lote, montante este, referente a multa de 20% (vinte por cento) do comitente vendedor e 5% (cinco por cento) da comissão devida ao leiloeiro oficial. O valor correspondente ao lance é considerado para todos os efeitos legais como dívida líquida e certa, sendo facultado, assim, seja o Ministério Público Estadual ou ao Leiloeiro Oficial, sacar, contra o adquirente, Letra de Câmbio, pelo valor do lance, acrescida da comissão do leiloeiro, das eventuais taxas e tributos incidentes sobre a operação, sem prejuízo de poderem os interessados optar pela execução prevista no artigo 39, do Decreto- Lei 21.981/32.

## 9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Até a retirada definitiva do(s) bem/bens, poderá o Ministério Público Estadual, por despacho da autoridade competente, revogar, suspender ou anular esta licitação, no todo ou em parte, não cabendo aos participantes e/ou arrematantes, por quaisquer desses motivos, reclamar direitos ou exigir indenizações.

9.2. Na hipótese de anulação, não terá o arrematante direito à restituição do valor pago, se houver, de qualquer forma, concorrido para a prática da ilegalidade.

9.3. O edital não importa em obrigação de venda, desde que os lances não atinjam o valor da avaliação.

9.4. A taxa de serviços do Leiloeiro Oficial, cujo pagamento dar-se-á em separado, não será computada como componente do valor do lance.

9.5. Os bens constantes dos lotes e relacionados no Anexo deste Edital serão entregues no estado de conservação em que se encontram em exposição, sem garantia, isentando o Ministério Público Estadual e o Leiloeiro Oficial de responsabilidades por quaisquer defeitos ou vícios, ocultos ou não.

9.6. É vedado ao arrematante do lance vencedor ceder, vender, permutar ou negociar sob qualquer forma, o(s) bem/bens arrematado(s) antes do pagamento integral e emissão dos respectivos documentos de venda pelo Leiloeiro Oficial.

9.7. O Ministério Público Estadual não conhecerá reclamações de terceiros com quem venha o arrematante a transacionar o(s) bem/bens adquirido(s) neste Leilão.

9.8. Os Certificados de Registro de Veículo serão liberados após a quitação do pagamento total do arremate e a comprovação da retirada de quaisquer adesivos ou pintura que os identifiquem como pertencentes ao Ministério Público Estadual.

9.9. Todas as despesas referentes à transferência de propriedade dos veículos correrão por conta dos arrematantes.

9.10. As decisões do Leiloeiro Oficial somente serão consideradas definitivas após a homologação pela autoridade competente do Ministério Público Estadual;

9.11. A simples oferta do lance para quaisquer lotes implicará na aceitação expressa pelo arrematante de todas as condições especificadas neste Edital.

9.12. Quaisquer esclarecimentos relativos ao objeto deste Leilão poderão ser obtidos junto ao Leiloeiro Oficial, Sr. PIERRE ADRI, na Rua Antônio Maria Coelho, 1.149, Centro, Campo Grande-MS, telefones 3384-4384 e 3044-2750, e-mail: pierreadrileiloes@terra.com.br, bem como junto à Secretaria de Administração/PGJ, no Ministério Público

Estadual, Rua Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, C. Grande-MS, ou pelo telefone (67) 3318-2145, no horário das 8 (oito) às 11 (onze) horas e das 13 (treze) às 18 (dezoito) horas, em dias úteis.

9.13. Os pedidos de esclarecimentos referidos no subitem anterior somente serão conhecidos se apresentados até o 2º (segundo) dia útil anterior à data do Leilão. Não sendo feitos nesse prazo, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a oferta dos lances, não cabendo aos licitantes direito a qualquer reclamação posterior.

9.14. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com este Leilão fica eleito o foro da comarca de Campo Grande, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.15. Faz parte integrante deste Edital o Anexo (Memorial Descritivo com a especificação e valor do lance mínimo dos bens a serem leiloados).

Campo Grande, MS, 13 de setembro de 2019.

PIERRE ADRI

Leiloeiro Oficial

## ANEXO

### SUGESTÃO DE LANCE MÍNIMO PARA LEILÃO DE VEÍCULOS - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL

LOTE	ANO	MODELO	PLACA	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	COMBUSTÍVEL	LANCE MÍNIMO	TABELA FIPE	VARIAÇÃO
1	2010	FIAT DOBLO HLX 1.8	HSH 5107	BOM	FLEX	R\$ 12.000,00	R\$ 32.106,00	37,37%
2	2010	FIAT DOBLO HLX 1.8	HSH 5119	BOM	FLEX	R\$ 12.000,00	R\$ 32.106,00	37,37%
3	2011	FIAT DOBLO ESSENCE 1.8	HTO 2150	BOM	FLEX	R\$ 13.000,00	R\$ 33.540,00	38,75%
4	2011	FIAT DOBLO ESSENCE 1.8	HTO 2151	BOM	FLEX	R\$ 13.000,00	R\$ 33.540,00	38,75%
5	2011	FIAT DOBLO ESSENCE 1.8	HTO 2152	BOM	FLEX	R\$ 13.000,00	R\$ 33.540,00	38,75%
6	2004	VW/GOL 1.0	HQH 9300	REGULAR	GASOLINA	R\$ 4.000,00	R\$ 11.900,00	33,61%
7	2004	VW/GOL 1.0	HQH 9328	REGULAR	GASOLINA	R\$ 4.000,00	R\$ 11.900,00	33,61%
8	2004	VW/GOL 1.0	HQH 9320	REGULAR	GASOLINA	R\$ 4.000,00	R\$ 11.900,00	33,61%
9	2004	VW/GOL 1.0	HQH 9323	REGULAR	GASOLINA	R\$ 4.000,00	R\$ 11.900,00	33,61%
10	2004	VW/GOL 1.0	HQH 9321	MOTOR DANIFICADO	GASOLINA	R\$ 3.000,00	R\$ 11.900,00	25,21%
11	2004	VW/GOL 1.0	HQH 9302	REGULAR	GASOLINA	R\$ 4.000,00	R\$ 11.900,00	33,61%
12	2004	VW/GOL 1.0	HQH 9308	REGULAR	GASOLINA	R\$ 4.000,00	R\$ 11.900,00	33,61%
13	2008	PALIO ELX FLEX	HSH 1430	REGULAR	FLEX	R\$ 5.500,00	R\$ 18.387,00	29,91%
14	2009	FORD KA	HSH 4753	BOM	FLEX	R\$ 5.000,00	R\$ 15.031,00	33,26%

**JUSTIFICATIVA:** Este leiloeiro realizou vistoria *in loco* dos bens a serem leiloados e levando em consideração o estado de conservação dos mesmos, sugere-se o lance mínimo para início de leilão variando entre 25,21% e 38,75% da Tabela Fipe, visando a majoração dos valores no pregão e valor final próximo do valor de mercado.

Campo Grande, MS, 28 de agosto de 2019.

PIERRE ADRI

Leiloeiro Oficial

**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES****AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/PGJ/2019 - UASG 453860**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente da Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 19/PGJ/2019 (Processo nº PGJ/10/2980/2019).

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para execução de serviços de instalação de portas, forro modular e divisórias em drywall, incluindo o fornecimento de todo o material necessário para a execução dos serviços, para atender o Ministério Público Estadual;

- Abertura das propostas: 14 de outubro de 2019, às 09 horas e 30 minutos (horário de Brasília/DF).

- Local: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: a partir de 13 de setembro de 2019, por meio dos endereços eletrônicos [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) ou [www.mpms.mp.br/licitacao/pregao](http://www.mpms.mp.br/licitacao/pregao) ou ainda na Coordenadoria de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça (Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande - MS) das 09 às 12 horas e das 14 horas às 17h59min (horário oficial de Brasília).

Designação do Pregoeiro, da Equipe de Apoio e da Fiscalização Contratual, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do MP/MS, em 10/9/2019:

- Pregoeiro: Cleber do Nascimento Gimenez;
- Equipe de Apoio: Carla Maria Bagordakis e Gladys Esmelda Barrios Amarilha;
- Suplente do Pregoeiro: Hermes Alencar de Lima;
- Suplentes da Equipe de Apoio: Emerval Carmona Gomes e Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz.
- Fiscalização Contratual: Departamento de Engenharia/PGJ.

Campo Grande, 12 de setembro de 2019.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

**SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS****AVISO Nº 002/2019-SGP****XXII PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, MPMS, por intermédio da sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, TORNA PÚBLICA as relações de desistência formal, desistência temporária, decadência e convocação dos candidatos aprovados no XXII Processo de Seleção de Estagiários do MPMS, homologado por meio do Aviso nº 001/2019-GED, de 15 de agosto de 2019, publicado no DOMP nº 2031, de 16 de agosto de 2019.

**I – DESISTÊNCIA FORMAL****PARANAÍBA – NÍVEL MÉDIO**

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATA
1º	Camila Silva Pereira

**SÃO GABRIEL DO OESTE – NÍVEL MÉDIO**

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATA
1º	Raine Amanda de Assis Silva

**II – DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA**

Os seguintes candidatos aprovados, nos termos do item 7 do Capítulo X – Da Convocação e Admissão – do Edital nº 001/2019, publicado no DOMP nº 1.949, de 15 de abril de 2019, desistem temporariamente de suas vagas, renunciando à sua classificação original e sendo reposicionados em último lugar na fila dos aprovados:

**COXIM – NÍVEL MÉDIO**

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
1º	Estevão Schio Rondora

**CAMPO GRANDE – GRADUAÇÃO – ADMINISTRAÇÃO (MATUTINO)**

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
1º	Leonardo Cicero dos Santos da Silva

**III – DECADÊNCIA**

Declara-se a decadência do direito de ser empossada da seguinte candidata, uma vez que não apresentou a documentação necessária ao credenciamento no prazo indicado no Aviso de Convocação nº 001/2019-SGP, publicado no DOMP nº 2043, de 4 de setembro de 2019:

**RIO VERDE DE MATO GROSSO – NÍVEL MÉDIO**

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATA
1º	Isis Araujo da Silva Marques

**IV – CONVOCAÇÃO**

Os candidatos convocados deverão comparecer, nos locais, nos dias e horários mencionados abaixo, munidos dos documentos relacionados no Capítulo X do Edital nº 001/2019-XXIIPSE-MPMS, de 12 de abril de 2019, publicado no DOMP nº 1949, de 15 de abril de 2019, e especificados ao final deste item.

**1. COMARCA DE COXIM**

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Coxim, situada na Avenida Márcio Lima Nantes, 105, Vila São Salvador, Coxim - MS.

**ENSINO MÉDIO**

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
2º	Caio Alberto de Gois Balçaçar	20.9.2019	14h

**2. COMARCA DE DOURADOS**

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Dourados, situada na Rua João Corrêa Neto, 400, Santo Antônio, Dourados - MS.

**ENSINO MÉDIO**

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
1º	Gabriel Alves Araujo	20.9.2019	14h

**3. COMARCA DE PARANAÍBA**

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Paranaíba, situada na Rua José Robalinho da Silva, 215, Jardim Santa Mônica, Paranaíba - MS.

**ENSINO MÉDIO**

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
2º	Davi Merici Barbosa de Souza	20.9.2019	14h

**4. COMARCA DE PORTO MURTINHO**

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Porto Murtinho, situada na Rua 13 de Maio, 444, Centro, Porto Murtinho - MS.

**ENSINO MÉDIO**

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATA	DATA	HORÁRIO
1º	Débora Raquel Flores Pache	20.9.2019	14h

**5. COMARCA DE RIBAS DO RIO PARDO**

Local: Sede da Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo, situada na Rua Waldemar Francisco da Silva, 1017, Nossa Senhora da Conceição, Ribas do Rio Pardo - MS.

**ENSINO MÉDIO**

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATA	DATA	HORÁRIO
1º	Ana Carolina Siqueira dos Santos	20.9.2019	14h

**6. COMARCA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO**

Local: Sede da Promotoria de Justiça de Rio Verde de Mato Grosso, situada na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, 180, Nhecolândia, Rio Verde de Mato Grosso - MS.

**ENSINO MÉDIO**

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATA	DATA	HORÁRIO
2º	Julia Florencio Pereira	20.9.2019	14h

**7. COMARCA DE SÃO GABRIEL DO OESTE**

Local: Sede das Promotorias de Justiça de São Gabriel do Oeste, situada na Avenida Mato Grosso do Sul, 1745, Centro, São Gabriel do Oeste - MS.

**ENSINO MÉDIO**

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
2º	Eliseu Oliveira Pereira Júnior	20.9.2019	14h

**8. COMARCA DE TRÊS LAGOAS**

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Três Lagoas, situada na Rua Elviro Mário Mancine, 860, Centro, Três Lagoas - MS.

**ENSINO MÉDIO**

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
7º	Eduardo Juraski Melo	20.9.2019	14h

**9. COMARCA DE CAMPO GRANDE**

Local: Secretaria de Gestão de Pessoas, situada na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande – MS.

**ADMINISTRAÇÃO – NÍVEL GRADUAÇÃO (TURNO MATUTINO)**

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
2º	César Henrique Batista Sabala	20.9.2019	10h

**ADMINISTRAÇÃO – NÍVEL GRADUAÇÃO (TURNO VESPERTINO)**

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
1º	Mariana Lemes Cafure	20.9.2019	14h

**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:**

- 1) Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
- 2) 2 (duas) fotografias, 3x4 recentes e coloridas;
- 3) Comprovante de tipagem sanguínea;
- 4) Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
- 5) Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
- 6) Ficha de Cadastro (disponível no Portal do MPMS – [link](#) Estagiários);
- 7) Comprovante de conta-corrente no Banco do Brasil S/A;
- 8) Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político;
- 9) Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010, e no art. 19 da Resolução CNMP nº 42, de 16.6.2009;
- 10) Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, conveniada com o MPMS, constando obrigatoriamente as seguintes informações, conforme o caso (não serão aceitos documentos que não contenham todas as informações especificadas):
  - I - curso de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado), desenvolvido em uma das áreas de conhecimento especificadas: datas de início e término do curso e carga horária total;
  - II - curso de graduação: ano letivo, turno, semestre, número de dependências de disciplinas (se houver) e a data prevista para conclusão do curso;
  - III - ensino médio: ano letivo, turno, semestre e data prevista para conclusão desse nível de ensino;
- 11) Diploma em curso de nível superior/graduação (documento específico para estagiários do nível de pós-graduação).

Cumpra-se observar que, diante de previsão expressa no Edital nº 001/2019-XXIIPSE-MPMS, no Capítulo “X – Da Convocação e Admissão”, item 4, antes da entrega dos documentos necessários ao credenciamento: “O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, ou apresentar-se no local informado no aviso de convocação, no prazo de 3 (três) dias úteis, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência ou transposição para o final de lista, se for caso, sob pena de eliminação do Processo de Seleção”.

O e-mail para o qual a manifestação deverá ser enviada é [estagiariosadm@mpms.mp.br](mailto:estagiariosadm@mpms.mp.br).

Campo Grande, MS, 11 de setembro de 2019.

**NILZA GOMES DA SILVA**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/PGJ/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/PGJ/2019-SRP**

Processo nº PGJ/10/2453/2019

Partes:

1 - **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2 - **3TTECNOLOGIA – COMÉRCIO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI**, representada por **Tulio Tareszkiewicz**.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 7/PGJ/2019.

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de controlador de acesso, fechadura eletromagnética, *frame button* (botoeira) e Kit Nobreak, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	<b>Controlador de acesso Tipo 01</b> , com os seguintes requisitos: Identificação por cartão de proximidade RFID 125 kHz (codificação Wiegand) ou senha através de teclado; comunicação TCP-IP 10/100 MBits (padrão RJ-45); compatível com o software VW Acesso Velti; indicação de operação por tela, sonora e luminosa. <b>Modelo:</b> Primme SF Acesso sem biometria da HENRY. <b>Marca/modelo:</b> Primme SF Acesso da Henry.	Unidade	25	1.539,00
2	<b>Controlador de acesso Tipo 02</b> , com os seguintes requisitos: Identificação por cartão de proximidade RFID 125 kHz (codificação Wiegand) ou biometria; comunicação TCP-IP 10/100 MBits (padrão RJ-45); compatível com o software VW Acesso Velti; indicação de operação sonora e luminosa. <b>Modelo:</b> Argos Advanced ou Argos S da HENRY. <b>Marca/modelo:</b> Argos da HENRY.	Unidade	10	1.225,00
3	<b>Controlador de acesso TIPO 03</b> , com os seguintes requisitos: Identificação por cartão de proximidade RFID 125 kHz (codificação Wiegand) ou senha através de teclado ou por biometria; comunicação TCP-IP 10/100 MBits (padrão RJ-45); compatível com o software VW Acesso Velti; indicação de operação por tela, sonora e luminosa. <b>Modelo:</b> Primme SF Acesso com Biometria da HENRY. <b>Marca/modelo:</b> Primme SF Acesso da Henry.	Unidade	5	1.989,00
4	<b>Fechadura eletromagnética</b> , com os seguintes requisitos: material alumínio; possuir tração de 150 Kgf até 180 Kgf; compatibilidade com controladores de acesso e botoeira; tensão de alimentação 12V. <b>Marcas/Modelos de referência:</b> FE 20150 Intelbrás, Fecho Universal Henry, Fechadura - M90 - 180 HDL, Fechadura eletroímã Thevear Tipo “U/L” p/ Porta Vidro/Vidro 151 KG. <b>Marca/modelo:</b> Fecho da Henry.	Unidade	40	340,00
5	<b>Frame Button</b> - Botoeira com contato NA (normal aberto). Botoeira de liberação para controle de acesso, compatível com todos os equipamentos Henry com saída de acionamento modo normalmente aberto. <b>Marcas/Modelos de referência:</b> Frame Button da HENRY; Botoeira de Contato "NA" - ESP-02 - Tamanho 4x2 - INOX da FxBiometria; Botoeira	Unidade	40	88,00

	Mecânica de Embutir NA-C-NF - Aço Inox 4x2 - BP70 da Precision Sistemas. Marca/modelo: Frame Button da HENRY.			
6	<b>Kit Nobreak</b> , com carregador, acumulador FCC, 12 Volts, fonte chaveada, com bateria 7A, para controlador de acesso. Obs.: O kit deverá ser compatível com os itens 1, 2 e 3. <b>Marca/modelo:</b> No break da Henry.	Unidade	40	287,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 11 de setembro de 2019.

## EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

### COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

#### CAMPO GRANDE

#### EDITAL Nº 0008/2019/29PJ/CGR

A 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil, que se encontra à disposição na Av. Ricardo Brandão, nº 232 - Itanhangá Park.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000067-4

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A Apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no Processo n. 11/011.703/2017, Pregão Eletrônico n. 002/2017-SEFAZ, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de informática para atendimento às demandas de TIC, que originou os Contratos n. 007/2017 - GCONT n. 8352, firmado com a empresa PSG Tecnologia Aplicada Ltda., no valor de R\$ 18.159.360,00 e o Contrato n. 009/2017 - GCONT n. 8353, firmado com a empresa GEOI2 Tecnologia da Informação Ltda. – EPP, no valor de R\$ 15.060.000,00.

Campo Grande/MS, 11 de setembro de 2019.

ADRIANO LOBO VIANA DE RESENDE

Promotor de Justiça.

---

**CORUMBÁ**

---

**EDITAL N. 0015/2019/07PJ/CBA**

Autos do Procedimento Administrativo n. 09.2019.00003174-5

A 7ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção à Infância e Juventude, ao Idoso e à Pessoa com Deficiência, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de tutela de interesses individuais indisponíveis 09.2019.00003174-5, que se encontra à disposição na Rua Vinte e Um de Setembro, 1.630, Aeroporto, Edifício do Fórum, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> mediante senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: A apurar

Assunto: Apurar situação de risco ou violação de direitos envolvendo os irmãos Y.V.R. e Y.P.R., diante da denúncia de que são maltratados e negligenciados pela madrasta.

Corumbá/MS, 10 de setembro de 2019.

LUCIANO BORDIGNON CONTE  
Promotor de Justiça, em substituição

**EDITAL Nº 0030/2019/02PJ/CBA**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001342-5.

Representante: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Representado: Dalva Leite Britto

Assunto: Apurar a regularidade da supressão de 10,5 hectares de vegetação nativa do bioma Pantanal, no interior do imóvel rural “Fazenda Bela Vista”, matrícula nº 6.377 (489,3996 hectares), pertencente a Dalva Leite Britto, sem a correspondente autorização ambiental concedida pelo órgão ambiental competente, sem prejuízo de eventual reparação do dano ambiental pretérito, bem como a constituição da área de Reserva Legal.

Corumbá/MS, 11 de setembro de 2019.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA  
Promotora de Justiça

---

**DOURADOS**

---

10ª, 16ª e 17ª Promotorias de Justiça de Dourados

Procedimento Administrativo: n. 09.2019.00002182-5 – 17ªPJD

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados - MS

Objetivo: Acompanhar a instalação e efetivo funcionamento do Centro Especializado em Reabilitação de Dourados - CER II em Dourados/MS.

**RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 0004/2019/17PJ/DOS**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 10ª Promotoria de Justiça de Dourados, da 16ª Promotoria de Justiça de Dourados e da 17ª Promotoria de Justiça de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições conferidas pelo art. 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e pelo art. 44 da Resolução 15/2007/PGJ de 27 de novembro de 2007;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, da CF);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007 dispõe em seu art. 5º que *“a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”*;

CONSIDERANDO que o art. 44 daquele mesmo ato dispõe que *“o órgão de execução, nos autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório poderá expedir recomendações devidamente fundamentadas, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como aos demais interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover”*;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública (aos quais se incluem as ações e serviços em saúde), aos direitos assegurados pela Constituição Federal/88, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, inciso II, da Constituição Federal/88);

CONSIDERANDO que, independente da esfera, União, Estados, Distrito Federal ou Município, os agentes públicos/políticos devem observar os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, expressamente previstos no art. 37 da Constituição Federal<sup>1</sup>, na prática de seus atos;

CONSIDERANDO que todo agente público ou político responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, podendo estas acumular-se, sendo umas e outras independentes entre si, assim como as respectivas instâncias;

CONSIDERANDO que o núcleo do princípio da eficiência *“é a procura de produtividade e economicidade e, o que é mais importante, a exigência de reduzir os desperdícios de dinheiro público, o que impõe a execução dos serviços públicos com presteza, perfeição e rendimento funcional. Há vários aspectos a serem considerados dentro do princípio, como a produtividade e economicidade, qualidade, celeridade e presteza e desburocratização e flexibilização, como acentua estudioso sobre o assunto.”*<sup>2</sup>;

CONSIDERANDO que a eficiência é um dos deveres da Administração Pública, consistente *“no mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhado apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros”*<sup>3</sup>.

CONSIDERANDO que *“é dever do estado, à luz do artigo 196 da CF, prover os meios necessários ao pleno exercício do direito à saúde, constituindo o fornecimento de tratamento médico, uma de suas principais vertentes de atender, com eficiência, à finalidade constitucional prevista para tanto.”*<sup>4</sup>;

CONSIDERANDO que o *“administrador público tem que tomar providências tanto para propiciar como para manter a eficiência na prestação do serviço público (...) não basta que seja disponibilizada a prestação de serviços de saúde, tais serviços devem se mostrar eficientes e satisfatórios”*<sup>5</sup>;

CONSIDERANDO que a saúde configura um direito público subjetivo e fundamental (direito à vida) do ser humano, cujo dever de assegurá-la foi conferido à Administração Pública, conforme previsão dos artigos 23, inciso II, 24, inciso XII e 30, inciso VII, 196 e 197, todos da Carta Constitucional de 1988;

<sup>1</sup> “Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos **princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência** e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)”

<sup>2</sup> CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo** / José dos Santos Carvalho Filho. – 31. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2017, p. 53, e-Book.

<sup>3</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2003, p. 102.

<sup>4</sup> (TJMT; APL 8498/2018; Paranatinga; Relº Desª Maria Erotides Kneip Baranjak; DJMT 14/08/2019; Pág. 93)

<sup>5</sup> (TJSE; AC 201800807532; Ac. 14667/2019; Segunda Câmara Cível; Rel. Des. José dos Anjos; Julg. 18/06/2019; DJSE 26/06/2019)

CONSIDERANDO que o mencionado direito à saúde vem regulamentado pela Lei n. 8.080/90 (Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde - SUS), que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, assim como a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

CONSIDERANDO que, na forma do art. 7.º da Lei n. 8.080/90, as ações e serviços públicos de saúde devem ser obedecer, entre outros princípios: I - universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência; II - integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema; XII - capacidade de resolução dos serviços em todos os níveis de assistência; e XIII - organização dos serviços públicos de modo a evitar duplicidade de meios para fins idênticos;

CONSIDERANDO que a referida legislação, em seu art. 2º dispõe que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício; e o § 1º propugna que o dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que a Lei n. 8.080/90 (art. 27, IV) delinea que a política de recursos humanos na área da saúde deva ser formalizada e executada, articuladamente, pelas diferentes esferas de governo, em cumprimento aos seus objetivos, dentre os quais, a *"valorização da dedicação exclusiva aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS)"*;

CONSIDERANDO que os fatos apurados no bojo do Procedimento Administrativo n. 09.2019.00002182-5, que vista *"Acompanhar a instalação e efetivo funcionamento do Centro de Especialização em Reabilitação de Dourados – CER II em Dourados/MS"*, dão conta da falta de eficiência na administração dos serviços públicos de saúde;

CONSIDERANDO que, em abril de 2018, aportou nesta especializada Pedido de Providência subscrito pelo, à época, Deputado Federal Geraldo Resende, anunciando a existência de prédio construído para instalação de Centro Especializado em Reabilitação – CER II e revelando o *"temor de o prédio (...) virar um elefante branco, sem cumprir sua função social, assim como ocorre com outras instalações em Dourados"* (pp. 17/23);

CONSIDERANDO que segundo informações prestadas pela Secretaria Municipal de Obras Públicas de Dourados/MS *"a obra do CERII encontra-se com 100% (cem por cento) dos serviços executados"*;

CONSIDERANDO que, ainda em 20 de fevereiro de 2019, o Município de Dourados/MS e a empresa Vizzoto & Cia – LTDA firmaram Termo de Recebimento Definitivo da construção do Centro Especializado em Reabilitação – CER II (Rua Esthon Marques, quadra B1, Dourados/MS) – p. 108;

CONSIDERANDO que, para além da edificação, o CER-II necessita de equipamentos, habilitação do serviço e formação de equipe técnica especializada;

CONSIDERANDO que, em visita realizada ao prédio do Centro Especializado em Reabilitação – CER II, confirmou-se a existência de edificação destinada a prestação de serviços de saúde, bem como a necessidade de vigilância, manutenção e segurança do local (pp. 110/117);

CONSIDERANDO a morosidade por parte do MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS em prover o necessário para iniciar as atividades do Centro Especializado em Reabilitação – CER II;

CONSIDERANDO que o Processo Licitatório n. 374/2018 – Pregão Presencial n. 134/2018 tramita a passos lentos (pp. 119/127 e pp. 157/160);

CONSIDERANDO que, em resposta ao Ofício n. 0559/2019/17PJ/DOS, o MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS informou que a) o PL nº 374/2018 encontrava-se em fase de assinatura de contratos; b) que a Guarda Municipal foi solicitada para disponibilização de vigias para estarem presentes no imóvel; c) o edital de chamamento público estava sendo elaborado pela equipe técnica e posteriormente seria publicado no Diário Oficial do Município (pp. 145/149);

CONSIDERANDO a desídia no MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS em prestar informações claras e completas a este órgão de execução (pp. 150/153);

CONSIDERANDO que no MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS são recorrentes e inúmeros os casos de obras públicas inacabadas e/ou finalizadas sem o devido início das atividades a que se destinam<sup>6</sup>;

CONSIDERANDO que em 2012 o Ministério da Saúde publicou a Portaria MS/GM n. 793/12, no qual instituiu a *Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência*, com o intuito de articular e integrar os serviços de saúde de forma a garantir integralmente às pessoas com deficiência temporária, ou permanente, seu desenvolvimento;

CONSIDERANDO que, o art. 19 da Portaria n. 793/12 do Ministério da Saúde define o CER como “*ponto de atenção ambulatorial especializada em reabilitação que realiza diagnóstico, tratamento, concessão, adaptação e manutenção de tecnologia assistiva, constituindo-se em referência para a rede de atenção à saúde no território*”.

CONSIDERANDO que a organização dos Centros Especializados em Reabilitação dá-se por: CER II – *composto por dois serviços de reabilitação habilitados*; CER III – *composto por três serviços de reabilitação habilitados*; e CER IV – *composto por quatro ou mais serviços de reabilitação habilitados*;

CONSIDERANDO que o atendimento no CER deve ser realizado de forma articulada com os outros pontos de atenção da Rede de Atenção à Saúde, através de Projeto Terapêutico Singular, cuja construção envolverá a equipe, o usuário e sua família (art. 19, §1º da Portaria n. 793/12 do Ministério da Saúde);

CONSIDERANDO que a Portaria n. 1.303/13 do Ministério da Saúde que estabeleceu os requisitos mínimos de ambientes para os componentes da Atenção Especializada da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências;

CONSIDERANDO que a Portaria n. 1.303/13 do Ministério da Saúde estabelece prazos para execução e conclusão das obras e início do efetivo funcionamento da unidade (CER II);

CONSIDERANDO que no art. 1º da Portaria n. 1.303/13, a classificação dos Centros de Reabilitação deu-se por tipo e especialidades de serviços, sendo eles: CER II – Auditiva e Física; Auditiva e Intelectual; Auditiva e Visual; Física e Intelectual; Física e Visual; Intelectual e Visual.; CER III – Auditiva, Física e Intelectual; Auditiva, Física e Visual; Auditiva, Intelectual e Visual; Física, Intelectual e Visual; e CER IV – Auditiva, Física, Intelectual e Visual;

CONSIDERANDO que nos termos do art. 3º, inciso I, 'c', da Portaria n. 1.303/13 os entes federativos que forem contemplados com financiamento para construção de Centro de Reabilitação terão “*até 90 (noventa) dias, a contar da data do pagamento dos recursos relativos à terceira parcela do incentivo financeiro, para início do funcionamento da unidade*”;

CONSIDERANDO que, em tendo sido a entrega do prédio do Centro Especializado em Reabilitação – CER II realizada aos 20 de fevereiro de 2019, ou seja, há mais de 180 (cento e oitenta) dias, e que, por conseguinte, a última parcela do incentivo financeiro foi paga, no mínimo, há 06 (seis) meses atrás, ou seja, que houve o transcurso de prazo muito superior ao estipulado no art. 3º, inciso I, 'c', da Portaria n. 1.303/13 do Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO a preocupação do Estado com a proteção e integração social das pessoas com deficiência, atribuída constitucionalmente a todos os entes da Federação, nos termos do art. 24, inciso XIV, da Constituição Federal, como desdobramento do princípio da igualdade que proíbe a distinção de qualquer natureza entre as pessoas, garantindo a todos as mesmas oportunidades;

<sup>6</sup> <https://www.douradosagora.com.br/noticias/dourados/prefeitura-entrega-conclusao-de-penultimo-elefante-branco>; <http://www.folhadoms.com.br/index.php/ms/53-dourados/4241-elefante-branco-preocupa-moradores-do-grande-florida>  
<https://jornalpreliminar.com.br/noticia/36081/%E2%80%99Elefante-branco%E2%80%99D-preocupa-moradores-do-grande-florida>;  
<https://www.folhadodourados.com.br/noticias/brasil-mundo/delia-herdou-o-elefante-branco-do-frigorifico-do-peixe>;  
<http://www.douradosnews.com.br/dourados/obra-de-creche-iniciada-na-gestao-passada-segue-parada-no-parque-do/1085723/>;  
<http://www.douradosnews.com.br/dourados/sem-solucao-ha-quase-quatro-anos-moradores-desanimaram-de-ver/1096567/>;  
<http://www.douradosnews.com.br/dourados/centro-homeopatico-vira-abrigo-para-moradores-de-rua-e-usuarios-de/1087075/>;  
<https://bocadopovone.com.br/delegacia-da-mulher-esta-abandonada-ha-meses-em-douradosms/>;  
<http://www.douradosnews.com.br/dourados/academia-da-saude-vira-elefante-branco-no-parque-antenor-martins/1085003/>;  
<http://www.geraldoresende.com.br/imprensa/noticias/geraldo-cobra-inauguracao-do-centro-especializado-em-reabilitacao>;

CONSIDERANDO que o respeito pela dignidade, a independência da pessoa, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, a autonomia individual, a não-discriminação, a plena e efetiva participação e inclusão na sociedade e o respeito pela diferença são valores que foram considerados na edição de leis que buscam promover a integração social das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida;

CONSIDERANDO que a “Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência”<sup>7</sup>, norma de hierarquia constitucional (Decreto Federal nº 6.949, de 25 de agosto de 2009), determina, em seus artigos 25 e 26, que *“Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso a serviços de saúde, incluindo os serviços de reabilitação, que levarão em conta as especificidades de gênero”* e que *“os Estados Partes tomarão medidas efetivas e apropriadas, inclusive mediante apoio dos pares, para possibilitar que as pessoas com deficiência conquistem e conservem o máximo de autonomia e plena capacidade física, mental, social e profissional, bem como plena inclusão e participação em todos os aspectos da vida. Para tanto, os Estados Partes organizarão, fortalecerão e ampliarão serviços e programas completos de habilitação e reabilitação, particularmente nas áreas de saúde, emprego, educação e serviços sociais”*;

CONSIDERANDO que a “Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência”<sup>8</sup> (Decreto Federal nº 3.956, de 8 de outubro de 2001), estabeleceu ainda como obrigação dos Estados Partes *“detecção e intervenção precoce, tratamento, reabilitação, educação, formação ocupacional e prestação de serviços completos para garantir o melhor nível de independência e qualidade de vida para as pessoas portadoras de deficiência; e”*;

CONSIDERANDO os direitos garantidos à pessoa com deficiência situados infraconstitucionalmente no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/15);

CONSIDERANDO que, a Lei n. 13.146/15 que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a qual, assegura e promove, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à inclusão social e cidadania;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu art. 2º, considera a pessoa com deficiência aquele que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interações com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas;

CONSIDERANDO que toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação;

CONSIDERANDO que é dever não apenas da sociedade e da família, mas também do Estado de assegurar à pessoa com deficiência com prioridade a efetivação dos direitos referentes à vida e à saúde.

CONSIDERANDO que o CER foi criado como ponto de atenção ambulatorial, especializado em reabilitação, que realiza diagnósticos, tratamentos, concessão, adaptação e manutenção de tecnologia assistiva. Nota-se que, o processo de habilitação e de reabilitação é um direito da pessoa com deficiência (art. 8º - Estatuto da Pessoa com Deficiência), sendo assim, a atuação de Centros Especializados em Reabilitação é de extrema importância para efetivação dos direitos das pessoas com deficiência;

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio dos Promotores de Justiça abaixo assinados, DADA A SITUAÇÃO CONSTATADA, resolve RECOMENDAR à SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE e à PREFEITA MUNICIPAL DE DOURADOS/MS, que:

Adotem, no prazo de 60 (sessenta) dias, todas as medidas administrativas, jurídicas, materiais e operacionais necessárias à efetiva implementação dos serviços do CER II no Município de Dourados/MS, devendo, para isso:

<sup>7</sup> Aprovada pelo Congresso Nacional nos moldes do § 3º do artigo 5º da Constituição a “Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência” possui status de norma constitucional.

<sup>8</sup> Por sua vez, a “Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência” possui caráter suprallegal (Supremo Tribunal Federal, RE 466.343-SP, rel. Min. Cezar Peluso).

a) adquirir todos os equipamentos necessários para o regular funcionamento do serviço, mediante a finalização do Processo Licitatório PL n. 374/2018; e

b) contratar, mediante chamamento público, empresa especializada para a gestão dos serviços a serem ofertados pelo CER II.

No mais, nos termos do art. 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual 72/1994 e par. único do art. 45 da Resolução n.º 15/2007/PGJ de 27.11.2007, no art. 27, par. Único, inc. IV, da Lei 8.625/93, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL:

1. Requisita aos destinatários desta Recomendação que, no prazo de 10 (dez) dias, respondam por escrito a esta Promotoria de Justiça acerca do acolhimento da presente recomendação e informem as providências concretas adotadas para o cumprimento da presente Recomendação.

2. Com fulcro no art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), requisita aos destinatários desta Recomendação que seja divulgada de forma imediata e adequada a presente Recomendação;

3. A presente Recomendação objetiva garantir o direito do cidadão à saúde e de acesso universal aos serviços públicos de saúde, que deverá ser norteados pelo princípio da eficiência da Administração Pública, prevenindo as responsabilidades decorrentes da inércia dos responsáveis.

4. Por fim, comunica que cópias da presente Recomendação serão encaminhadas, para conhecimento, aos Conselhos Municipais e Estaduais de Saúde e da Pessoa com Deficiência, Secretaria de Estado de Saúde, Ministério da Saúde e Câmara Municipal de Vereadores.

Dourados/MS, 02 de setembro de 2019.

LUIZ GUSTAVO CAMACHO TERÇARIOL

17º Promotor de Justiça de Dourados

RICARDO ROTUNNO

16º Promotor de Justiça de Dourados

AMILCAR ARAUJO CARNEIRO JUNIOR

10º Promotor de Justiça de Dourados em subst. legal

---

#### COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

---

#### BELA VISTA

---

#### EDITAL Nº 0074/2019/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2019.00003211-1

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Chácara Primavera

Assunto: Acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado no Autos do Inquérito Civil n. 06.2019.00000452-6.

Bela Vista/MS, 11/09/2019.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0075/2019/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000  
Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

IC - Inquérito Civil nº 06.2019.00001352-5

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Fazenda São José

Assunto: Apurar suposto dano ambiental em razão da exploração de 13,83 hectares de vegetação nativa na propriedade denominada Fazenda São José em Caracol/MS.

Bela Vista/MS, 11/09/2019

**WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR**

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0076/2019/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000  
Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

IC - Inquérito Civil nº 06.2019.00001351-4

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Fazenda Terra Nova

Assunto: Apurar suposto dano ambiental em razão da exploração de 43,38 hectares de vegetação nativa na propriedade denominada Fazenda Terra Nova em Caracol/MS.

Bela Vista/MS, 11/09/2019.

**WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR**

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0077/2019/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000  
Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

IC - Inquérito Civil nº 06.2019.00001350-3

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Fazenda Garoupa e Garoupa 2

Assunto: Apurar suposto dano ambiental em razão da exploração de 3,33 hectares de vegetação nativa na propriedade denominada Fazenda Garoupa e Garoupa 2 em Bela Vista/MS.

Bela Vista/MS, 11/09/2019

**WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR**

Promotor de Justiça

**EXTRATO: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA****INQUÉRITO CIVIL 06.2019.00000452-6**

COMPROMITENTE: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, por meio da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Bela Vista-MS.

COMPROMISSÁRIO: EDILSON ALVES PEREIRA – Chácara Primavera.

**OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL**

O presente Termo de Ajustamento de Conduta é decorrente do Inquérito Civil nº 06.2019.00000452-6, instaurado pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Bela Vista/MS, tendo por objeto “Apurar suposto dano ambiental em razão da exploração vegetação nativa na propriedade denominada Chácara Primavera em Bela Vista/MS”.

**DAS OBRIGAÇÕES**

CLÁUSULA PRIMEIRA: O COMPROMISSÁRIO Edilson Alves Pereira, reconhece a ocorrência de dano ambiental, em razão da exploração de 22 hectares de vegetação nativa, na propriedade arrendada denominada Chácara Primavera, localizada em Bela Vista-MS, sem autorização legal para tanto, em desacordo as demais normas, regimentos, e princípios ambientais.

CLÁUSULA SEGUNDA: considerando a necessidade de indenizar os danos causados ao meio ambiente, pela supressão indevida de 22 hectares de vegetação fora de área de reserva legal, na propriedade rural arrendada denominada Chácara Primavera, em Bela Vista-MS, sem autorização legal para tanto, assume o COMPROMISSÁRIO, por meio do presente termo de ajustamento de conduta, tendo por base o princípio do poluidor-pagador, a obrigação de indenizar e compensar o Meio Ambiente mediante a destinação de importância pecuniária no valor de R\$ 3.600,00,00 ( três mil e seiscentos reais) cujo pagamento se dará em oito parcelas sucessivas de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), com vencimento todo dia 10 de cada mês, iniciando-se a primeira parcela no mês de outubro de 2019, findando-se no mês maio de 2020.

Parágrafo único: o valor deverá ser pago e destinado à Conta do Conselho Municipal de Segurança de Bela Vista-MS, Fundo Municipal Ambiental, Conta Corrente nº 22.452-9, agência 0267-4, Banco do Brasil, devendo ser aplicado e utilizado em atividades ambientais junto ao Município.

Bela Vista-MS, 11 de setembro de 2019.

**WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR**

Promotor de Justiça

**EXTRATO: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA****INQUÉRITO CIVIL 06.2018.00001339-8**

COMPROMITENTE: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, por meio da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Bela Vista-MS.

COMPROMISSÁRIO: Antônio Esnerio Albuquerque de Melo – Fazenda Virgem dos Milagres.

**OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL**

O presente Termo de Ajustamento de Conduta é decorrente do Inquérito Civil nº 06.2018.00001339-8, instaurado pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Bela Vista/MS, tendo por objeto “apurar a ocorrência de dano ambiental na Fazenda Virgem dos Milagres, em Bela Vista-MS, de propriedade do senhor Antônio Esnerio Albuquerque de Melo e outros, em razão da supressão vegetal de 8,16 hectares de vegetação nativa”.

**DAS OBRIGAÇÕES**

CLÁUSULA PRIMEIRA: O COMPROMISSÁRIO, Antônio Esnerio Albuquerque de Melo, reconhece a ocorrência de dano ambiental, em razão da supressão de 8,16 hectares de vegetação nativa, em sua propriedade, Fazenda Virgem dos Milagres, localizada em Bela Vista-MS, sem autorização legal para tanto, em desacordo as demais normas, regimentos, e princípios ambientais.

CLÁUSULA SEGUNDA: considerando a necessidade de indenizar os danos causados ao meio ambiente, pela supressão indevida de 8,16 hectares de vegetação fora de área de reserva legal, na propriedade rural Fazenda Virgem dos Milagres, em Bela Vista-MS, sem autorização legal para tanto, assume o COMPROMISSÁRIO, por meio do presente termo de ajustamento de conduta, tendo por base o princípio do poluidor-pagador, a obrigação de indenizar e compensar o Meio Ambiente mediante a destinação de importância pecuniária no valor de R\$ 2.000,00 ( dois mil reais) cujo pagamento se dará da seguinte forma: parcela única com vencimento para o dia 10 de outubro de 2019.

Parágrafo único: o valor deverá ser pago e destinado à Conta do Conselho Municipal de Segurança de Bela Vista-MS, Fundo Municipal Ambiental, Conta Corrente nº 22.452-9, agência 0267-4, Banco do Brasil, devendo ser aplicado e utilizado em atividades ambientais junto ao Município.

Bela Vista-MS, 11 de setembro de 2019.

**WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR**  
Promotor de Justiça

**COXIM****EDITAL Nº 0025/2019/01PJ/CXM**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00001266-0, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador, Coxim - MS. Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001266-0

Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul

Requerido: Osiel Ferreira de Souza, Valcide Batista dos Santos

Assunto: apurar suposta prática de ato de improbidade administrativa, cometido pelo Vereador Valcide Batista dos Santos e seu Patrono, Dr. Osiel Ferreira de Souza, consistente na subtração de documento público.

Coxim/MS, 11 de setembro de 2019.

**MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO**  
Promotor de Justiça

---

**PONTA PORÃ**

---

**EDITAL Nº 0063/2019/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00001244-8, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2019.00001244-8

Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul

Requerido: Alverne Moreira

Assunto: apurar a ocorrência de dano ambiental decorrente da má utilização do solo na Fazenda São Máximo, bem como averiguar a regularidade das áreas de reserva legal e de preservação permanente.

Ponta Porã/MS, 21 de agosto de 2019

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0070/2019/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00001256-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2019.00001256-0

Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul

Requerido: Alexandrino Arevalo Garcia

Assunto: apurar a prática de ato de improbidade administrativa por parte do Sr Prefeito Municipal de Aral Moreira pelo não cumprimento deliberado de acordo judicial homologado

Ponta Porã/MS, 05 de setembro de 2019

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0071/2019/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração/recebimento do presente Inquérito Civil nº 06.2019.00001255-9, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001255-9

Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul

Requerida: Marcelaide Hartemam Pereira Marques

Assunto: apurar a prática de ato de improbidade administrativa por parte da Sra. Prefeita Municipal de Antônio João pelo não cumprimento deliberado de acordo judicial homologado

Ponta Porã/MS, 05 de setembro de 2019

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

---

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**

---

---

**DEODÁPOLIS**

---

**EDITAL Nº 0045/2019/PJ/DPS.**

Inquérito Civil Nº 06.2019.00001258-1.

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00001258-1, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico:<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

Interessado: Agropecuaria Riber Ltda.

Objeto: Apurar a responsabilidade por danos ambientais causados em áreas especialmente protegidas e frágeis localizadas na denominada "Fazenda Jomart ou Prateada C", do Município de Deodápolis/MS.

Deodápolis/MS, assinado por certificação digital.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça.

**EDITAL Nº 0046/2019/PJ/DPS.**

Inquérito Civil Nº 06.2019.00001259-2.

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00001259-2, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico:<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

Interessado: José Milton Rodrigues dos Santos.

Objeto: Apurar a responsabilidade por danos ambientais causados em áreas especialmente protegidas e frágeis do Lote 19 da Quadra 88, do Município de Deodápolis/MS.

Deodápolis/MS, assinado por certificação digital.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça.

**EDITAL Nº 0047/2019/PJ/DPS.**

Inquérito Civil Nº 06.2019.00001260-4.

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00001260-4, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico:<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

Interessado: Joaquim Manoel Romão.

Objeto: Apurar a regularidade ambiental dos Lotes 72 e 74 da Quadra 76, e dos Lotes 64, 65 e 67 da Quadra 80, do Município de Deodápolis/MS, bem como eventuais danos ambientais causados pelo manejo inadequado do solo e da vegetação nativa do referido imóvel rural.

Deodápolis/MS, assinado por certificação digital.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça.